

Em Washington conversa decisiva sobre o rumo do acordo "stand by"

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, encontra-se hoje, às 17h30 com o diretor gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, para uma conversa decisiva sobre os rumos do acordo "stand by" que o Brasil pretende começar a negociar com o Fundo. "Vai ser uma conversa política, para definir as linhas básicas do acordo", adiantou a assessoria do ministro.

O coordenador da equipe técnica brasileira que vai negociar com o Fundo, Michael Gartenkraut, acompanha o ministro nesta viagem e disse ontem a este jornal que a equipe técnica do Fundo, liderada por Thomas Reichmann, já preparou um relatório para Michael Camdessus, há dois dias, colocando como razoável e factível a meta de déficit operacional de 4% do PIB para este ano. Existem dúvidas "técnicas" sobre a viabilidade desse número, que os assessores econômicos do ministro da Fazenda estão resolvendo.

O problema mais intrincado, no entanto, não é este: é a meta de déficit público para o ano que vem. O governo brasileiro pretende negociar 2% do PIB para 1989, já colocou isso na mesa e ouviu de Reichmann a indagação: "Por que vocês não cortam mais?".

A equipe brasileira argumentou que "zerar" o déficit em 1989 é absolutamente impossível e justificou por quê. Trazer o déficit do setor público neste ano para 4% e no ano que vem para 2% do PIB significará elevar a poupança interna do setor público, de cerca de 0,5% do PIB em 1987, segundo estimativas preliminares, para 4% do PIB em 1989. Considerando que os investimentos públicos neste e no ano que vem cresceriam a uma taxa próxima de 5 a 6%, obtendo, portanto, uma poupança do setor público de 4% do PIB e mantendo a poupança do setor privado na faixa atual, de 16% do PIB, o País estaria pronto no ano que vem para financiar uma atividade econômica crescente.

O que representaria zerar o déficit público, como quer o FMI? Seria o mesmo que dizer para o governo que no ano que vem o setor público caminhará com suas próprias pernas, financiando os investimentos totais com poupança própria.

O economista do Fundo, porém, não está seguro de que uma redução de 4 para 2% do PIB entre 1988 e 1989, no déficit operacional do setor público não financeiro, seja suficiente para diminuir o financiamento do déficit e ainda produzir uma poupança razoável para o setor público.

A equipe técnica brasileira contra-argumentou que cumprindo esse esforço entre 1988 e 1989, o País estaria ao final do ano que vem com uma poupança positiva de aproximadamente 5% do PIB no setor governo e mais de 15 a 16% do PIB de poupança acumulada pelo setor privado, totalizando, assim, algo entre 20 e 21% do PIB de poupança global do País para investir nos próximos anos, taxa esta muito próxima do pico de poupança interna, de 24% do PIB, alcançada nos anos 70.

A equipe técnica brasileira também ouviu dos economistas do Fundo a sugestão de que não só cortassem mais as despesas como promovessem alterações nas alíquotas do IPI e no Imposto sobre a Renda, de modo a engordar um pouco mais as receitas. A resposta foi que qualquer esforço adicional, tanto na área dos cortes quanto na área de elevação de impostos será desastroso para os dois ministros da área econômica, o da Fazenda e o do Planejamento, frente a um governo carente de sustentação política.